**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO COM IDOSOS: POR UMA EDUCAÇÃO PERMANENTE**

Jaqueline Luzia da Silva – UERJ

Ana Claudia Pereira de Sobral – UERJ

Bruno Martins de Carvalho Paulo – UERJ

**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo central a reflexão sobre a educação com idosos, a partir da problematização sobre a educação permanente, no intuito de vislumbrar possibilidades de trabalho com estes sujeitos, em processos escolares e/ou nos diversos espaços sociais de formação humana. Para tanto, o texto parte de apontamentos sobre os preconceitos enfrentados pelos idosos na sociedade brasileira e encaminha a discussão para ações e demandas importantes no campo da atenção às subjetividades da pessoa idosa e suas necessidades de aprendizagem. O estudo, ainda em andamento, supõe que é preciso conhecer esses sujeitos e reconhecer suas motivações, suas vivências e as especificidades do processo de envelhecimento. As conclusões, ainda preliminares, apontam que os processos educativos podem ser instrumentos para esta aproximação e para a inclusão destas pessoas, como sujeitos de direitos à educação permanente, em qualquer momento da vida e em diversos espaços.

**Palavras-chaves:** Envelhecimento; educação permanente; idosos; preconceito.

**Resumo Expandido**

Pensar o envelhecimento na sociedade brasileira significa necessariamente enfrentar preconceitos e estereótipos. Infelizmente, se perpetua entre nós uma ideia de que as pessoas idosas são “velhas”, “ultrapassadas”, “inativas”, “limitadas". Estes estigmas que recaem sobre as pessoas que passam dos 60 anos de idade estão na estrutura de uma sociedade extremamente desigual e meritocrática, na qual se valoriza mais a “utilidade” do sujeito do que suas subjetividades, suas trajetórias, sua história. Neste sentido, temos muito a aprender com a cultura dos povos originários e dos povos africanos que, em sua maioria, valorizam seus antepassados e as pessoas com mais idade, por preservarem memórias e saberes fundamentais para a coletividade e trazerem contribuições fundamentais à vida da comunidade.

O envelhecimento é um processo natural e contínuo, pois se relaciona com a ação do tempo. Segundo Marques e Pachane (2010), no Brasil, a preocupação com a população idosa pode ser percebida somente a partir da década de 1950, enquanto nos países ditos desenvolvidos esta preocupação remonta ao início do século XX. As autoras analisam a pesquisa de Kalache (1987 *apud* Marques e Pachane, 2010), que reconhece um melhor investimento em condições de nutrição, moradia, saneamento básico, ambiente de trabalho em países desenvolvidos, resultando em aumento de longevidade, pois há um olhar diferenciado para a população idosa. A longevidade, intimamente ligada à aspectos de capacidade física e relacionada à produtividade, é uma busca constante na sociedade contemporânea. No entanto, mesmo que o objetivo seja a longevidade, nega-se a velhice, como reforçam as autoras citadas.

A ideia de envelhecimento foi construída ao longo do tempo. Entretanto, refletir a respeito desse processo, em nossa sociedade, significa identificar a ausência do debate sobre o tema, em específico na perspectiva de direitos negados; das questões de relacionamento familiar e relacionamentos amorosos; das dificuldades de atuação dos movimentos sociais; da mobilização dos espaços formais frequentados por essa parte da população, como hospitais e escolas; de debates sobre gênero, questões étnicas e expectativas de vida.

É por causa dessa ausência de debates que reconhecemos ser necessário um movimento que concebe a importância de uma educação permanente (Freire, 1993), que compreende que a aprendizagem não tem um momento definido, ou seja, nunca é cedo demais ou tarde demais para aprender. Desta forma, a educação não se reduz ao ensino, mas à formação integral e humana dos sujeitos. Se educação é formação, esta deve ocupar-se da emancipação dos sujeitos, de sua autonomia e, consequentemente, da construção de uma consciência crítica, que rompa com os estereótipos e os preconceitos enraizados na sociedade.

Paulo Freire (1993) nos ajuda a pensar sobre a formação dos sujeitos no sentido da educação permanente. Acreditar na educação permanente significa, para Freire, lutar por uma educação pública, democrática e de qualidade, que contribua para a formação de um olhar indagador, curioso e histórico. Neste sentido, buscar uma educação permanente para os sujeitos (idosos, inclusive) significa construir a consciência do inacabamento e da incompletude dos seres humanos, que estão em constante processo de formação (Freire, 1993).

Pensar educação é pensar de modo abrangente, transitório, complexo e subjetivo, diferente do ensino. Pelas lentes freirianas, podemos perceber que educar vai muito além do ensinar (Freire, 2019), ela é processo, enquanto o ensino é finalidade. Educar significa conhecer dos sujeitos suas vivências, seus contextos, seus saberes, e a partir de então, traçar com os sujeitos – e não para eles – as inúmeras possibilidades de aprender, de refletir, de dialogar, de criticar e de se enxergar como sujeitos cidadãos e políticos, isto é, pertencentes à polis.

 Diante disso, aos nossos olhos, é impossível se pensar educação sem pensar em todo o processo dos sujeitos, seja na parte social, econômica, religiosa, subjetiva e etária. Na sociedade capitalista e neoliberal em que estamos inseridos, a figura da pessoa idosa é negligenciada e invisibilizada, visto que esta sociedade preza o culto ao corpo padrão, à força física, à resolução de multitarefas e à produção intensa e desenfreada. Sendo assim, a figura do sujeito idoso gera um desconforto para os padrões neoliberais, produzindo nestes corpos os estereótipos de fraqueza, doença, fragilidade e morte.

 A instituição escolar, concebida como um sistema de disciplina corporal, representa o objetivo central da abordagem do que Paulo Freire chamou de educação bancária (Freire, 2019). A partir do pensamento de Foucault (2014), entendemos que o estudante é encorajado a assimilar automaticamente os códigos de comportamento estabelecidos, sem questioná-los, uma função controladora da escola. Da mesma forma, corpos idosos são marginalizados por não se adequarem ao ideal de produtividade da sociedade, não sendo diferente nas escolas. Essa abordagem educacional prioriza apenas a transmissão de conhecimento, ignorando a verdadeira essência da educação.

 A palavra "educação", derivada do latim "ex-duco", sugere a ideia de "extrair do outro", ou seja, implica numa troca mútua, diálogo, conscientização e processo de subjetivação. Segundo Freire (2019), a educação é uma prática de liberdade, que envolve o reconhecimento mútuo e o respeito pela individualidade do outro, e isto deve ser uma prática permanente.

 Em uma educação com idosos é crucial que abandonemos a mentalidade da "pedagogia da morte", o que chamamos de "*necropseudopedagogia*", e nos libertemos dos modelos de currículo educacional que enxergam os indivíduos apenas como peças de uma máquina implacável, que não pode de maneira alguma ser interrompida ou desacelerada, muito menos envelhecida. Essa máquina, cruel e desumana, é o que identificamos como o sistema capitalista e o seu controle sobre os corpos, produzindo diferenças mortais, uma “diferença letalizada – tomando o corpo como campo de batalha” (Pocahy, 2018).

 Olhar o idoso como um sujeito em processo de formação torna-se cada vez mais necessário em uma sociedade que envelhece a cada ano. Os dados de 2022 apontam que o total de pessoas com 65 anos ou mais no Brasil (22.169.101 indivíduos) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% em relação ao ano de 2010 (IBGE, 2022). Este envelhecimento populacional não pode ser ignorado. É necessário pensar em políticas públicas para o atendimento deste grupo de idosos. E quando falamos de políticas públicas, estamos falando de ações no campo da educação, também.

É nesse intuito que um dos objetivos da educação voltada para os idosos busca conhecer as necessidades destes sujeitos, não para traçar um perfil homogêneo, mas para reconhecer suas motivações, suas vivências, as especificidades do processo de envelhecimento. Esta educação pode ser garantida não só pela escolarização – ainda que os idosos pertençam ao grupo com maiores índices de analfabetismo e baixa escolarização (IBGE, 2022) –, mas também pela educação continuada, também chamada de aprendizagem ao longo da vida, em processos não escolares.

Um exemplo desta forma de garantia de educação permanente é o que ocorre na Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O trabalho realizado por este programa de extensão da Uerj pretende atender ao público idoso, oferecendo oficinas livres e gratuitas, nas mais diversas áreas. Este programa, existente há mais de 30 anos, conta com um Centro de Convivência, um Centro de Referência e Documentação Sobre o Envelhecimento, um Núcleo de Atenção ao Idoso e o Serviço de Cuidado Integral à Pessoa Idosa. A UnATI atende centenas de idosos durante todo o ano e se constitui em um espaço de socialização e de múltiplas aprendizagens, realizando um projeto de inclusão e garantia de direitos.

O Programa de Alfabetização, Documentação e Informação (Proalfa), também da UERJ, é outro exemplo de projeto voltado a um processo de educação continuada, em uma perspectiva não-formal, que visa oferecer oportunidade de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática para adultos e idosos, com ou sem escolaridade, além do letramento digital.

Mesmo com exemplos como a UnATI e o Proalfa, quando se trata dos idosos no Brasil, não é possível negar que há uma grande parcela destes que vive em condições precárias decorrentes de uma situação econômica desfavorável, da falta de instrução, do abandono e da necessidade de realizar trabalhos "pesados" para garantir sua sobrevivência (Marques e Pachane, 2010). Não se pode romantizar o envelhecimento em uma sociedade excludente. Nem todos se aposentam dignamente e nem todos têm a possibilidade de parar de trabalhar. Deriva daí a importância de se pensar na realidade destes sujeitos, em suas condições materiais de vida e saúde, para que este olhar se transforme em ações práticas de inclusão e cidadania.

A luta pelo direito à educação na terceira idade, portanto, passa pela luta por condições de vida melhores, pois tudo está relacionado. Neste sentido, a necessária reivindicação atravessa a formação não somente dos idosos, mas das crianças e dos jovens, para que construam um olhar carregado de alteridade para com aqueles sujeitos. No que diz respeito às políticas públicas, ainda é preciso o enfrentamento da destituição de direitos, com ações que compreendam a realidade vivenciada pelos idosos e suas necessidades.

Pensar no envelhecimento com qualidade no âmbito da educação é reconhecer e reafirmar a pessoa idosa como sujeito de direitos, adentrando em provocações e produções científicas que visem desconstruir preconceitos com as questões do envelhecimento, que deveriam ser do interesse de toda a população. Sendo a velhice uma construção do tempo que vivemos, precisamos desconstruir a ideia arraigada, estereotipada, que estigmatiza a pessoa idosa. É necessário reconhecer estes sujeitos como pessoas com suas necessidades e características próprias. Por isso, pensar na educação permanente durante o processo de envelhecimento significa pensar *com* estes sujeitos, dialogando com seus processos formativos e na construção de perspectivas para o seu tempo.

A educação permanente se relaciona também à construção da autonomia e da independência da pessoa idosa. Assim sendo, uma educação com idosos prevê a tomada de decisões por parte dos sujeitos educandos e o respeito as suas escolhas. Compreende-se que é possível o diálogo com eles, não no sentido de prescrições sobre como devem agir, mas oferecendo suporte e segurança para que sejam protagonistas de suas próprias histórias, sem se tornarem subjugados a outros.

**Referências**

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua**, 2022.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE Graziela Giusti. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 475-490, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/89tV66dfsnkKzSvxbXcncTH/?format=pdf> Acesso em 12 mai. 2024.

POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. **Revista Ñanduty**, v. 6, n. 8, p. 9-22, 2018.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (Proalfa). Disponível em:<http://www.proalfa.uerj.br/index.html> Acesso em 17 abr. 2024.

UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE (UnATI). Disponível em:<http://www.unati.uerj.br/> Acesso em 11 abr. 2024.